

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 33.^a Sessão (Extraordinária)
Realizada em 30 de abril de 1971 — (Sexta-feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Domício Scaramella e Quielse Crisóstomo.

As 12,15 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: — Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araujo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Mandrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Junior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva (46), achando-se ausente o sr. deputado Jorge Sato.

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. Presidente — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.^o 116-70, Veto aposto ao Projeto de Lei n.^o 209-70, de autoria do sr. deputado Wilson Fortes, que concede anistia fiscal de multas, juros e majorações previstas em lei, aos contribuintes do Imposto de Circulação de Mercadorias, na forma que especifica. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) Sr. Presidente, como bem pode observar V.Exa. acaba de ler um projeto de lei elaborado pelo eminente deputado Wilson Fortes e recebeu o veto governamental. Versa o referido projeto sobre anistia fiscal.

Sr. Presidente, nós conhecemos, em todo o interior do Estado, a situação delicada que atravessa todo o comércio. Diante disso, pedi a palavra, para encaminhar à Mesa um requerimento pedindo a retirada do projeto da Ordem

do Dia, por duas sessões, para que este projeto receba um parecer mais acurado. É o seguinte, o requerimento: (Lê)

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, requer, após ouvido o Plenário, a retirada por duas sessões, do Projeto 116-70, ora em pauta.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1971.

(a) Paulo Poli"

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO CAMARGO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, srs. Deputados.

A presente proposição versando sobre veto governamental ao projeto de lei aprovado por esta Casa, de autoria do sr. deputado Wilson Fortes, diz o seguinte: Art. 4.º — Aos contribuintes do ICM será concedida anistia fiscal de multa, juros e majorações, previstos em lei, desde que recolham o referido tributo em atraso até 30 de outubro do corrente ano. 30 de outubro de 1970.

Votado, ou não votado, mantido ou rejeitado o veto, de qualquer forma esta lei não terá nenhuma ação, porque diz, textualmente, em seu artigo 4.º, que o imposto terá que ser recolhido até 30 de outubro. O projeto de lei é de 9 de outubro de 1970.

Por essa razão, acho que o referido projeto não deve ser retirado da Ordem do Dia, porque este veto, mantido ou rejeitado, não trará nenhuma ação que beneficie a estes devedores.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento.

O SR. PAULO POLI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, silencieei no momento em que o nobre deputado Paulo Camargo pediu a palavra para apreciar o requerimento de minha autoria. Mas, creio que a sua discussão, automaticamente, seria transferida para a próxima sessão.

Mas, diante da exposição do deputado Paulo Camargo, diante deste impasse, acho que devemos apreciar a proposição.

O SR. PAULO CAMARGO — (Pela ordem) Sr. Presidente, o deputado Paulo Poli incorre em equívoco. Votação de requerimento pedindo o adiamento de votação são votados no mesmo dia.

Mas, estou de acordo com o deputado Paulo Poli que seja apreciado o veto ainda hoje.

O SR. NIVALDO KRUGER — (Pela ordem) Sr. Presidente, levanto uma questão de ordem no sentido de que a Mesa responda sobre a argumentação que o próprio Deputado levantou, de modo muito bem posto, alegando que a lei já não tem mais função, dado o prazo, desde que foi votada. Então pergunto rejeitado ou mantido esse veto, a lei teria alguma validade, alguma função objetiva? Porque se não tiver função objetiva, estamos aqui perdendo nosso tempo.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.a Legislatura — 1.a Sessão Legislativa

ATA DA 2.a SESSÃO ORDINÁRIA

As dezessete horas, quinze minutos, após o término da Sessão Plenária, do dia vinte e oito do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e um, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, reuniu-se a Comissão

de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. deputado Wilson Brandão e presentes os senhores deputados: Armando Queiroz, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Gilberto Carvalho, Arthur de Souza, Igo Losso, Cândido Manoel, Acyr José, Sebastião Rodrigues Júnior e Emílio Carazzai. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, sendo aprovada a ata da 3.ª Sessão Extraordinária desta Comissão. Requerida dispensa da leitura pelo sr. dep. Emílio Carazzai. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 4-71, de autoria da Comissão Executiva. Dá nova redação ao Título IV, da emenda à Constituição — Capítulo Único — da elaboração do Regimento Interno. Relator dep. Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Em discussão: O dep. Armando Queiroz pede a palavra para esclarecer a tramitação do Projeto de Reforma da Constituição. O dep. Muggiati Filho esclarece que no Projeto em pauta fala em redução dos prazos para reformulação da Constituição, o que não é conveniente, tendo em vista que a Constituição é a Carta Magna e precisa ser elaborada com todo o estudo. O dep. Armando Queiroz, continua, esclarecendo que a Constituição de 1967 foi elaborada sob a sua Presidência, o que ocorreu sérios atrapalhos, pois houve irregularidades quando o Projeto já se encontrava na Imprensa Oficial, sendo preciso tomar providências, tais como a contratação de dois professores de Português, e assim mesmo saiu com incorreções e foi mandado então publicar novamente. O dep. Muggiati Filho esclarece que esse se referiu em prazo e não em texto; lapso de legislação e não de redação, proveniente da maneira apressada de apreciar a matéria. Entende que a lei deve ser discutida com a maior elasticidade possível em tempo, maiores esclarecimentos serão dados em Plenário. O dep. Armando Queiroz pede a palavra: diz que o Projeto de Resolução refere-se em três dias de prazo para oferecimento de emendas e vinte dias para que a Comissão estude. Não vê o prazo tão exíguo assim, e o caso em apreço é apenas uma emenda e não reforma da Constituição. O dep. Cândido Manoel pede a palavra e diz que o Projeto de Resolução tem apenas por objetivo abreviar os prazos. O dep. Armando Queiroz esclarece que há grande dificuldade em organizar e manter o quorum, principalmente na madrugada, talvez com prazo mais curto, seja mais fácil. — O senhor Presidente esclarece que o art. 197, a emenda estende a qualquer deputado, no Plenário, e na Comissão, e o Proj. de Resolução em pauta foi organizado e discutido pelo GAT, que é órgão técnico. O dep. Muggiati Filho esclarece que conforme estabelece a Constituição do Paraná, o prazo é de sessenta dias, o que não há necessidade de abreviá-lo. O senhor Presidente esclarece que o prazo de 60 dias é prazo máximo. O dep. Sebastião Rodrigues Jr. acha que nada impede que seja, a emenda, discutida em prazo mais amplo. O senhor Presidente solicita esclarecimentos do senhor Assessor da Comissão, dr. Jose Maria Zanardini de Camargo, este esclarece que o prazo de 60 dias será fatal, caso use-o inteiro no oferecimento de emendas. Colocado o Projeto de Resolução 4-71 em votação: Aprovado. Os senhores deputados José Muggiati Filho e Sebastião Rodrigues Junior votam com restrição. Aprovado o parecer.

PROJETO DE LEI N.º 27/68, de autoria do senhor dep. Ovidio Franzoni. Dá nova redação ao art. 26, do Regimento Interno, mantendo o seu parágrafo único. Relator dep. Acyr Jose. Parecer: favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 208/68, de autoria do sr. dep. Anibal Khury. Extingue a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná — Codepar, criada pela Lei 4.529, dá outras providências. Relator dep. Acyr José. Parecer pelo Arquivamento. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 393/68, de autoria do senhor dep. Olavo Ferreira. Estabelece data para funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário e médio, desde que sejam criados e obtenham autorização para funcionar até 15 de fevereiro de 1969. Relator dep. Cândido M. Martins de Oliveira. Parecer contrário. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 33/70, de autoria do Senhor deputado Igo Losso.

Declara de utilidade pública o Círculo Cultural de Cantores Brasileiro-Germânico Harmonia, com sede nesta Capital. Relator deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 92/70, de autoria do senhor dep. David Federmann. Autoriza o P.E. transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga Carambei a Tibagi. Relator dep. Gilberto Carvalho. Parecer favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 144/70, de autoria do sr. dep. José Muggiati Filho, digo de autoria do sr. dep. Aguinaldo Pereira Lima. Estabelece normas de horário de trabalho aos ocupantes das séries fiscais e agentes fazendários, e outros funcionários, e dá outras providências. Relator dep. José Muggiati Filho. Parecer no sentido de que o Projeto seja reenviado ao plenário. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 147/70, de autoria do sr. de. Erondy Silvério. Autoriza o P.E. elevar para Cr\$ 100,00, a pensão mensal concedida a Esperança Barbosa. Relator dep. Muggiati Filho. Parecer favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 153/70, de autoria do sr. dep. Ivo Tomazoni. Cria uma Circunscrição de trânsito em Santo Antônio do Sudoeste, com jurisdição nos municípios que especifica. Relator dep. Gilberto Carvalho. Parecer favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 167/70, de autoria do sr. dep. Abrahão Miguel. Autoriza o P.E. transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga os municípios que especifica. Relator dep. José Muggiati Filho. Parecer favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 196-70, de autoria do sr. dep. Túlio Vargas. Transfere ao DER, para fins de conservação a estrada que liga Floresta a Itambé. Relator dep. Gilberto Carvalho. Parecer favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 202-70 de autoria do sr. dep. João Mansur. Declara de utilidade pública o Centro de Ação Social Jardim das Américas, com sede nesta Capital. Relator dep. Gilberto Carvalho. Parecer favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 210-70 de autoria do sr. dep. João Mansur. Autoriza o P. E. doar à sociedade Rural de Guarapuava uma área de terra com 60.000 m2 na forma que especifica. Relator dep. Muggiati Filho. Parecer favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 223-70 de autoria do sr. dep. Arnaldo Busato. Autoriza o P. E. criar no mun. de Marilândia do Sul o Distrito de Nova Amoreira, com os limites que especifica. Relator dep. Muggiati Filho. Parecer: contrário. Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 233-70 de autoria do sr. dep. Túlio Vargas. Autoriza o P. E. doar ao munic. de Primeiro de Maio para efeito de construção do Posto de Puericultura o terreno que especifica. Relator dep. Muggiati Filho. Parecer favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 236-70 de autoria do sr. deputado Gabriel Manoel. Autoriza o P. E. doar ao munic. de Pirai do Sul um terreno urbano de 12.440,50 m2 na forma e como especifica. Relator dep. Muggiati Filho. Parecer: Favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 238-70, de autoria do sr. dep. Pinto Dias. Cria um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, munic. de Alto Paraná. Relator dep. Gilberto Carvalho. Parecer favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 243-70, — de autoria do sr. dep. Arthur de Souza. Declara de utilidade pública o Conselho de Santa Mariana. Relator dep. Gilberto Carvalho. Parecer favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 266-70, de autoria do sr. dep. Luiz Cruz. Autoriza o P. E. doar à Sociedade Rural do Norte do Paraná, uma área de terra com 78.282m2, na forma e como especifica. Relator dep. Muggiati Filho. Parecer: Favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 269-70, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nr. 34-70. Autoriza o P.E. permutar parte do lote de terreno nr. 125, pelo

lote nr. 8, de propriedade do sr. Armando Paiva, na forma e como especifica. Relator dep. Sebastião Rodrigues Jr.: Parecer: favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI NR. 271-70 de autoria do dep. Igo Losso. Autoriza o P. E. doar a Luiz Gonzaga da Cruz, uma área de terra na forma que especifica. Relator dep. Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 307-70, de autoria do sr. dep. Paulo Camargo. Autoriza o P. E. instituir uma Fundação Educacional, no munic. de Cruzeiro d'Oeste com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Relator dep. Arthur de Souza. Parecer: favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 310-70, de autoria do sr. dep. David Federmann. Considera de utilidade pública a Associação Brasileira de Odontologia, Seção do Paraná subseção de Ponta Grossa. Relator dep. Gilberto Carvalho. Parecer: contrário. Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 313-50, de autoria do dep. Olavo Ferreira. Autoriza o P. E. considerar de utilidade pública a Assistência Lar Esperança, da cidade de Londrina. Relator dep. Acyr José. Parecer: Favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 317-70, de autoria do sr. dep. Olavo Ferreira. Estende ao pagamento de aulas suplementares o benefício do abono de emergência concedido aos Servidores Estaduais pela lei nr. 6.169. Relator dep. Gilberto Carvalho. Parecer: contrário. Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 302-68, de autoria do sr. dep. Fabiano Braga Côrtes. Concede o título honorário Paraná ao Senador Atílio Fontana. Relator dep. Arthur de Souza. Parecer favorável. Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 1-71, de autoria do sr. dep. Francisco Scorsin. Denomina Distrito Antônio Brandão de Oliveira, o atual São João, situado no munic. de Jataizinho, Comarca de Uraí. Relator dep. Arthur de Souza. Parecer favorável. Aprovado.

OS PROJETOS DE LEI Nrs. — 78-70 — 129-70 P 152-70 P 162-70 — 171-70 — 176-70 — 177-70 — 195-70 — 197-70 — 198-70 — 199-70 — 204-70 — 206-70 — 207-70 — 212-70 — 214-70 — 216-70 — 217-70 — 219-70 — 220-70 — 221-70 — 222-70 — 240-70 — 241-70 — 244-70 — 246-70 — 252-70 — 254-70 — 255-70 — 256-70 — 272-70 — 273-70 — 274-70 — 275-70 — 276-70 — 278-70 — 279-70 — 280-70 — 281-70 — 282-70 — 285-70 — 287-70 — 289-70 — 290-70 — 291-70 — 292-70 — 295-70 — 318-70 — 319-70 — 471-67 e 136-68, todos criando Estabelecimentos de Ensino, tiveram como relator o sr. dep. Cândido Manoel M. Oliveira. Parecer contrário. O dep. Cândido Manoel justifica o seu parecer sobre a matéria, dizendo que é parecer que vem de encontro a sua linha de coerência que adotou quando então Secretário de Educação, que seu parecer não vai isolar os deputados estaduais de legislar sobre ensino, mas existe uma lei que autoriza o Poder Executivo a criar tantos estabelecimentos de ensino quantos necessários. O dep. Sebastião Rodrigues Jr. solicita um aparte, esclarece que concorda, com um exame estritamente legal com o parecer do relator mas terá esta Comissão que sempre negar aprovação aos Projetos de Lei que estão sujeitos a leis autorizatórias tais como lei de pensão mensal, utilidade pública, etc., assim sendo iriam chegar ao esvaziamento total da Casa. E preciso que se conscientize de que vivemos numa época anormal e propõe solução política, sob pena de não ter como justificar sua presença nesta Casa. O dep. Arthur de Souza pede a palavra, e esclarece que o dep. hoje tão bitolado como ficaria se não pudesse apresentar projetos sobre suas regiões, principalmente os deputados da oposição. O dep. Igo Losso fala que teve oportunidade de estudar o assunto e que a lei criadora, seja transformada em lei autorizatória. Há uma lei normativa sobre educação, mas secundária, por isso dá o seu parecer favorável nos projetos sobre criação de escolas. O dep. Muggiati Filho diz que gostaria de votar com o sr. dep. Igo Losso se por acaso esta Casa rejeitasse

os vetos. O dep. Igo Losso esclarece que de seus projetos de lei criando escolas todos foram sancionados, porque se basearam em necessidades reais, e os que são vetados ou rejeitados pela Casa são projetos que não condizem com a necessidade e realidade da região. Aparte do dep. Emílio Carazzai, esclarecendo que o dep. cumpre com a obrigação de apresentar o Projeto de Lei criando a escola, cumpre ao Poder Executivo sancionar ou vetar. O dep. Gilberto Carvalho pede a palavra e diz que cabe ao deputado providenciar os requisitos necessários para que a escola seja criada. Os projetos em votação: REJEITADO O PARECER, voto vencido do dep. José Muggiati Filho. APROVADO. Os referidos projetos serão redistribuídos para que seja exarado novo parecer de acordo com o voto vencido. FORAM apresentados votados e Aprovados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES Nrs. 106.70 — 108.70 — 107.70 — 112.70 — 113.70 — 114.70 — 115.70 — 117.70 — 118.70 — 5.71 — 6.71 — 7.71 e 9.71, todos concluindo que os vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. O dep. José Muggiati Filho solicita que seja consignado em ata um voto de louvor ao sr. Assessor, dr. José Maria Zanardini de Camargo assessor desta Comissão, e membro do Gabinete de Assistência Técnica. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada por mim secretária bem como pelo Senhor Presidente.

a) Dep **Wilson Brandão** — Presidente

a) A Soares — Secretária